

===== **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMEIS REALIZADA NO DIA 21 DE ABRIL DE 2016:** *Aos vinte e um dias do mês de abril do ano dois mil e dezasseis, nesta cidade de Oliveira de Azeméis e sala de reuniões, no edifício da Câmara Municipal (antigo liceu) sito à Rua António Alegria, n.º 184, reuniu ordinariamente, o Executivo Municipal, sob a Presidência do Senhor **Dr. Hermínio José Sobral de Loureiro Gonçalves**, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Dr. António Isidro Marques Figueiredo, Dra. Gracinda Rosa Moreira de Pinho Leal, Dr. Ricardo Jorge de Pinho Tavares, Dr. Pedro João Alves de Carneiro Marques, Eng.º Joaquim Jorge Ferreira, Helder Martinho Valente Simões, Dra. Ana Maria de Jesus Silva e Dr. Manuel Alberto Marques Dias Pereira.*** =====

===== *Secretariou a presente reunião, a Secretária do Executivo Maria Isabel dos Santos Miranda Bastos.* =====

===== *Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram 09h e 40m.* =====

===== **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** =====

===== *Dando início à reunião o Senhor Presidente fez a seguinte intervenção: Dar nota e informar o Senhor Vereador Joaquim Jorge Ferreira de que hoje não tenho possibilidade de apresentar informação sobre a situação do Caracas, fá-lo-ei na próxima reunião. Fiz todos os esforços no sentido de poder hoje trazer essa informação, mas foi manifestamente impossível, não por minha responsabilidade. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Pedro Marques que fez a seguinte intervenção: Uma palavra de reconhecimento à formação do Futebol Clube Cesarense, que nesta época desportiva já subiu três escalões às divisões superiores, foi campeão de série em Iniciados, Juvenis e Juniores, portanto, enaltecer este trabalho que o clube de Cesar está a fazer. Também reconhecer o trabalho que tem sido feito na nossa equipa de ciclismo, na Bike Clube Portugal, Liberty Seguros/ Carglass, que venceu o Troféu Terras de Santa Maria, quer a nível de equipas, quer a nível individual e também o facto dessa equipa ser composta por quatro elementos que vão representar Portugal na Taça das Nações. Dar também uma palavra de muito reconhecimento, de apreço, de simpatia à Associação Académica da Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha de Oliveira de Azeméis pela semana que estão a organizar, a Semana da Queima das Fitas, que tem uma importância muito grande para o movimento académico. Este ano tem um cartaz bastante interessante, onde o espírito académico tem de alguma forma sido patente ao longo dos últimos anos numa implementação social que se pretende e, portanto, o meu*

reconhecimento por esta interação que os jovens estudantes têm feito com a nossa sociedade, com a nossa dinâmica urbana. Hoje com especial enfoque ao sempre presente Quim Barreiros, no pavilhão da Escola Livre. Depois dizer-vos que chega aí mais um aniversário do 25 de abril em Portugal e aqui também nós fazemos questão de marcar a data e também o desporto não poderia deixar de estar presente e daí a XVIII Edição da Milha 25 de abril. Também nesse dia vamos ter aqui uma formação, creditada pelo IPJ no âmbito do Futsal, a nível nacional. Dizer-vos que acabaram de partir de Oliveira de Azeméis, com um enorme sorriso, com uma enorme saudade e uma enorme admiração os formandos de um programa a que a Câmara Municipal aderiu, que é o Programa Erasmus+ no âmbito da Juventude, o tema da formação era “O Futuro da Democracia na Europa”, são jovens especialistas na área, que trabalham essas áreas a nível associativo, estamos a falar quinze países representados. Durante esta semana, tivemos a oportunidade de lhes dar a conhecer um bocadinho de Oliveira de Azeméis e foi patente a boa impressão que Oliveira de Azeméis causou a estes jovens. Felicitar mais uma vez dois clubes que fizeram anos recentemente: 19.º aniversário do Clube Desportivo de Loureiro e o 12.º aniversário do Futsal de Azeméis, dois clubes que nós temos a honra de ter no nosso concelho. Dizer-vos que talvez por coincidência, ou talvez sejam sinais de que há pessoas e de que há instituições que sabem perceber o fenómeno desportivo, a UEFA nomeou, por assim dizer, Oliveira de Azeméis para a organização do I Torneio Internacional de Sub17 Feminino, um torneio que conta com Portugal, Espanha, Itália e Suécia e que será realizado em Oliveira de Azeméis. Mais uma vez na ótica da promoção do empreendedorismo juvenil, tivemos a IV edição do Azeméis Youth Business, foram à final cinco propostas muito interessantes de empreendedorismo jovem e o vencedor foi a Casa do Vento, estamos a falar de um sistema de agricultura não convencional, muito ligada à área do sabugueiro, onde de facto tem produtos diferentes, de excelência, onde também lidam um bocadinho entre a gastronomia por assim dizer e o turismo. Os outros quatro são também projetos bastante interessantes, todos eles tocam um bocadinho com Oliveira de Azeméis, o que é sempre muito interessante ver os jovens agarrados à sua terra, valorizando aquilo que faz parte da sua identidade. São cinco projetos que eu vou acompanhar e tentar de alguma forma dar o meu apoio, o apoio institucional. Posteriormente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Eng.º Joaquim Jorge Ferreira que disse: Eu começaria naturalmente por salientar a tomada de posse dos órgãos sociais da Associação Comercial dos concelhos de Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra para o triénio 2016/2018. Deixar aqui a nota, eu acho que é importante, que haja o reforço da cooperação da autarquia com esta instituição, com esta entidade, porque ambos têm um papel em parceria importantíssimo a desempenhar para a promoção e o desenvolvimento do nosso comércio e para a formação da nossa comunidade. Passando concretamente às questões, eu começaria pelas placas hidrográficas erradas que existem no nosso concelho, temos aqui um ou outro especialista nesta matéria que tem sistematicamente advogado que elas estão erradas, julgo que até publicamente têm feito alguns escritos. Faria algum sentido que a autarquia procurasse perceber se efetivamente estas placas estão ou não erradas, se efetivamente estamos a chamar

Rio Antuã na Margonça quando na realidade o que lá passa é o Rio Ul; ou se chamamos Rio Ínsua, quando devíamos chamar Rio Antuã. Outra questão, tem a ver com a Feira dos Onze, perceber se já está pronta esta obra, porque é incompreensível tanto atraso com uma obra tão simples e de tão fácil execução. Uma obra que esteve anunciada há dois anos atrás e ainda hoje está por concluir e, foi anunciada na altura porque acabou de ser sensível à questão do corte das árvores e procuramos com alguma celeridade na resposta para compensar toda a celeuma que a questão levantou. Passaram dois anos e a resposta ainda não foi dada, portanto, perceber o que é que falta efetivamente para nós entregarmos essa obra à comunidade. O estacionamento subterrâneo, perceber se já houve algum desenvolvimento em relação ao encerramento, saber que há dezenas de pessoas que ali tinham as suas viaturas e de um momento para o outro ficaram impossibilitadas de o fazer, perceber se estamos em condições de resolver o problema, se é que já não o fizemos, mas eu desconheço que o tenhamos feito. Uma outra questão, Senhor Presidente, tem a ver com o processo Wuhan Industries, aquilo que nos foi pedido pelo representante do investimento foi um período de carência de seis meses e esse período de carência está a esgotar-se. Perceber se efetivamente vamos ter a continuidade do investimento ou se este investimento pode ser considerado como perdido, se a autarquia já está neste momento a trabalhar em alternativas para esse investimento de forma a que uma parte substancial daquele investimento que fizemos na Área de Acolhimento Empresarial não fique prejudicada. Uma outra questão, Senhor Presidente, se bem me recordo, mas posso estar errado, tínhamos falado que para meados de abril arrancariam as obras no IC2, perceber se efetivamente já existe calendarização para essas intervenções e perceber se estamos a tomar as medidas que são necessárias, porque naturalmente aquilo vai criar alguns constrangimentos na circulação interna, nas vias internas, que vão ser as alternativas que vão ser escolhidas pelos automobilistas para se desviarem do IC2. Uma outra questão tem a ver com o Azeméis Granplaza, ficamos de reunir com o investidor do centro comercial para perceber se estamos em condições de resolver este problema ou se vamos continuar a arrastá-lo durante anos sem que desenhemos uma solução. Outra questão, está a fazer anos o anúncio de uma requalificação na Zona Industrial de Oliveira de Azeméis, uma requalificação que rondaria três milhões de euros e implicaria a criação de um parque de estacionamento de viaturas ligeiras e viaturas pesadas, requalificação das vias, ordenamento do trânsito, requalificação dos passeios, uma série de intervenções. Perceber se efetivamente continua a ser intenção da autarquia promover esta requalificação de uma zona industrial que sabemos que com a construção de mais duas unidades do Grupo Simoldes ficará na sua plenitude quase completamente sem área disponível e perceber se efetivamente isto faz parte das intenções futuras da autarquia ou se não faz, porque objetivamente nós não temos plasmado nos orçamentos plurianuais qualquer intervenção neste sentido. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Isidro Figueiredo que disse: começava por referir as Jornadas de Empreendedorismo e Emprego “Aqui Há Futuro”, que hoje iniciam em Vale de Cambra. Como sabem já vai na terceira edição e reúne os municípios de Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra, que organizam este evento

alternadamente. É uma iniciativa que se inicia e que terminará no próximo sábado. Esta é uma iniciativa que se dirige a jovens estudantes, desempregados e instituições de ensino, empresas, escolas profissionais entre outras. Como referi este evento decorre em Vale de Cambra, no pavilhão municipal de Vale de Cambra e estarão presentes cerca de cinquenta stands que fazem as diferentes mostras do ponto de vista daquilo que são as iniciativas de cada uma das escolas e das áreas de formação, bem como das empresas, porque no fundo é uma mostra e um encontro entre estas três entidades que se dão a conhecer e também proporcionam novas perspetivas em termos quer de emprego, quer das próprias empresas perceberem quais são os cursos que estão habilitados para esta área e que cada uma das escolas tem à disposição. Também gostaria de referir o lançamento do livro do Dr. Carlos Costa Gomes “Notas breves de um (des)contentamento”, baseado nas Crónicas do Prof. Daniel Serrão. Pelo Senhor Presidente foi concedido o uso da palavra ao Vereador Dr. Manuel Alberto que disse: Nesta última intervenção do Prof. Isidro, naturalmente salienta a importância destas jornadas que serão sempre oportunidades para que os jovens, para que os professores, para que os empreendedores do nosso concelho e de Vale de Cambra tenham a possibilidade de contactar com algumas perspetivas de futuro, emprego e investimento. De qualquer maneira, tinha ficado já, não sei se ano anterior, a possibilidade de fazermos eventualmente o alargamento desta iniciativa ao EDV, que se trata de um região importante do ponto de vista económico e social, que trabalha de uma forma coordenada a vários níveis. E, portanto, teria sentido eventualmente, não sei se já fizeram ou não algumas diligências e é nesse sentido até que fazia a minha intervenção, que esta iniciativa pudesse integrar também outros municípios que fazem parte do EDV. Senhor Presidente, saber se foi feito, se não foi feito, se vai ser feito, faria todo o sentido fazer este alargamento a outros municípios que quiserem e o entendam, obviamente só pode participar quem quiser, ninguém vai ser obrigado a participar, mas de qualquer maneira esta iniciativa se fosse feita da nossa parte seria um bom passo para nós alargarmos este processo de reconhecimento, da importância da educação e formação no futuro dos nossos jovens e das nossas empresas. O segundo aspeto, Senhor Presidente, saber se há alguma diligência no sentido de se resolver o problema que está a ser sentido há bastante tempo no alargamento do horário de funcionamento de um estabelecimento de diversão noturna. E quero desde já dizer que não sendo frequentador assíduo destes locais, acho que são bastante importantes para qualquer local que tenha juventude e que queira atrair juventude, pois faz parte do processo de desenvolvimento, de crescimento a utilização desses espaços, com regras, o que é normal e de vez em quando com alguns excessos, embora não esteja aqui a defendê-los, existem, mas a verdade é que nós temos que regular isto. Acontece que há na zona industrial um espaço de diversão que toda a gente conhece, dispenso-me até de fazer referência ao nome, mas os moradores não estão contentes com a forma como está a funcionar, não o espaço em si mas a envolvente. Nós podemos sempre dizer que é da responsabilidade da GNR a manutenção da ordem, que o estabelecimento não terá responsabilidades, há um conjunto de aspetos que nós podemos alegar. A verdade é que estes moradores, vivendo lá, tendo lá as suas habitações e não

tendo nenhuma responsabilidade também sobre o funcionamento deste espaço acabam por sofrer as consequências, porque de madrugada são várias vezes incomodados por este ruído e fizeram um abaixo-assinado, o Senhor Presidente tomou conhecimento dele, foi-me dito que também tinha sido entregue à Assembleia Municipal, no sentido de se fazer uma intervenção. Eu não sei qual será a solução, não a vou dizer aqui porque até não a tenho, mas a verdade é uma: nós todos conhecemos zonas de diversão que atraem milhares e milhares de forasteiros que a determinada hora quando encerram os estabelecimentos têm forças de segurança que procuram que os utilizadores desses espaços sejam encaminhados para fora desses espaços e, portanto, deixem as zonas libertas de ruído. Penso que terá que haver uma coordenação forte entre o município e as forças de segurança, o próprio estabelecimento não quer este tipo de publicidade negativa, no fundo é uma publicidade negativa, muito bem a utilização, mas depois os desacatos, os vandalismos que estão associados àquela zona, segundo o que relatam os moradores e que não é positivo quer para o município, quer para o próprio estabelecimento. Senhor Presidente, saber que diligências se podem fazer junto das forças de segurança, junto do estabelecimento para coordenar com os moradores de maneira a que as partes coexistam e haja possibilidade de inversão, haja possibilidade de ordem e haja sossego para os moradores daquela zona. Basicamente era sensibilizar e saber se já há alguma iniciativa tomada por parte do município no sentido naturalmente de não se substituir às forças de segurança mas coordenar este processo uma vez que se trata de ordem pública e se trata do nosso município ter um bom nome. Portanto, coordenar a diversão com o sossego dos moradores. Senhor Presidente, uma outra questão que tem a ver com obras da Indaqua em ruas de Oliveira de Azeméis. Certamente já recebeu algumas queixas de alguns utilizadores destas vias e vou-me referir ao acesso à parte norte do concelho, à zona do Centro de Saúde, em frente aos prédios construídos na zona do Centro Vidreiro. Houve ali uma interrupção do trânsito no sentido descendente que obriga a que os utilizadores passem na La-Salette, eu próprio sou utilizador dessa via como muitos outros, e a verdade é que a obra já decorre há muito tempo, nós temos que ser mais céleres quando interrompemos vias para fazer intervenções na via pública. Aquela via é muito utilizada por vários moradores e utilizadores de serviços na parte norte da cidade e a verdade é que ela está interrompida há mais de um mês. Podemos alegar que aquilo não é fácil, que se trata de uma obra complexa e a verdade é que esse é um aspeto que pode prolongar a obra no tempo, mas a interrupção daquele trânsito, Senhor Presidente, poderia eventualmente ser efetuado de outra forma. Interromper uma via, obrigando as pessoas a fazer um percurso, gastando combustível, quando aquela circulação podia ser feita nos dois sentidos, com a supressão do estacionamento que existe naquela faixa de quem sobe do lado direito dos prédios, supressão parcial do estacionamento, penso que era possível sem haver aquele desvio que obriga a que as pessoas andem no Parque de La-Salette, porque as pessoas ficam incomodadas e fazem transgressões. Eu não sei se é transgressão e já agora até gostava de saber, se nós podemos suprimir sem aprovarmos aqui em reunião de Câmara ou Assembleia Municipal uma circulação, é que depois a multa aparece em casa. Senhor Presidente, a questão era esta, as

obras estão a decorrer há muito tempo e era importante que esse processo não fosse tão demorado. Sem querer estar aqui a entrar em pormenores, a verdade é que nós temos que ser mais céleres, temos que fazer tudo aquilo que for possível para fazer as obras mais rapidamente sem prejuízo para os moradores. Senhor Presidente, saber o que se pode fazer neste momento para se minimizar isto e até eventualmente permitir a circulação nos dois sentidos na zona do Centro Vidreiro. Finalmente, uma questão mais pessoal, embora de ordem política, eu disse que não falaria desta situação, Senhor Presidente, mas sinto-me obrigado a falar dela, embora com algum incómodo, confesso. Tem a ver com um pagamento de honorários a um advogado que defendeu quatro vereadores, um deles eu próprio, num processo que foi julgado pelo Tribunal de Contas. Não sei se o Senhor Presidente tem resposta ou não, eu escuso-me a fazer qualquer intervenção se tiver essa resposta e se a resposta for no sentido de resolver esta situação. Senhor Presidente, dispenso-me de fazer esta intervenção, que não tenho interesse nenhum em fazê-la. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Gracinda Leal que disse: Referir alguns acontecimentos culturais e sociais que aconteceram e que nos quais também estive presente. No dia 07 de abril, Dia Mundial da Saúde, acontecimento na área social que juntou várias pessoas seniores no auditório da Junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis, onde tiveram a oportunidade de aprofundarem os conhecimentos na área da cardiologia e também na área do cancro, com ajuda de especialistas do Centro de Cardiologia de Oliveira de Azeméis e da Liga Portuguesa Contra o Cancro. Nesse mesmo dia, também houve a nível cultural uma homenagem e uma evocação ao falecimento de uma pessoa que não sendo oliveirense viveu e escreveu grande parte da sua obra de teatro, o dramaturgo Alfredo Cortez, aqui em Oliveira de Azeméis. A nível social, houve nestes quinze dias a realização da final do Torneio de Sueca, em Nogueira do Cravo, no âmbito do Azeméis Ativo, um programa que continua a mexer nas freguesias e esta modalidade continua a concentrar muitas pessoas. A final da sueca é sempre uma das mais concorridas, tivemos no salão da Junta de Freguesia mais de cem pessoas. Em termos também sociais, tive a oportunidade de assistir, na área intercultural, a uma ação no Centro Social de Macinhata da Seixa, no âmbito do nosso Centro Local de Apoio ao Emigrante, uma ação destinada às crianças de jardim-de-infância, no sentido de despertar para as questões da interculturalidade. Ainda nesta área, queria fazer uma referência interessante à Comissão de Melhoramentos de Palmaz, para o III Sarau de Ginástica que realizaram no Caracas no passado sábado, no sentido de que é uma ação de uma associação de solidariedade que também promove o encontro, o intercâmbio entre grupos, promovendo também a saúde, promovendo o bem-estar físico entre grupos de diferentes freguesias e de diferentes concelhos e acho que é um intercâmbio muito salutar e que é de continuar. Em termos de cultura, dizer-vos que também já decorreu a entrega do prémio Fernando Paúl, tivemos mais uma vez a presença da filha desta iminente figura artística do nosso concelho, a Dra. Branca Paúl. Queria também referir o II Festival de Guitarra de Oliveira de Azeméis, organizado pela Academia de Música de Oliveira de Azeméis e que pela segunda vez traz a Oliveira de Azeméis pessoas ligadas a este instrumento musical de grande

desempenho artístico internacional e que são momentos que ficam para a memória e também para todos aqueles que participam nos concertos e para os alunos e todos os outros que se inscrevem na masterclass e nos workshops realizados. Uma referência muito importante para o Concurso Concelhio de Leitura, realizado, na fase final, na Biblioteca Municipal, um concurso concelhio que é feito em parceria com as nossas escolas do 1.º e 2.º ciclo, com as bibliotecas escolares e que este ano mobilizou o maior número de sempre a nível do 2.º ciclo, acho que foi interessante ver que ultrapassou as nossas perspetivas e é sempre interessante ver que as crianças estão a despertar cada vez mais para a leitura, fruto do trabalho dos nossos docentes e aqui um agradecimento e um reconhecimento às nossas escolas, ao trabalho dos nossos professores e da equipa da Biblioteca. E nesse sentido, queria aqui já dar nota que na próxima semana vamos acolher a fase distrital do Concurso Nacional de Leitura, no Pavilhão Municipal, que será também um momento alto, uma festa de promoção do livro e da leitura, vamos ter escolas do distrito de Aveiro, vamos ter mais de duzentos alunos do 3.º ciclo e do secundário, será uma jornada bastante interessante. Não poderia deixar de assinalar a visita da Virgem Peregrina na Vigaria de Oliveira de Azeméis/ São João da Madeira, que percorreu várias paróquias e ruas de Oliveira de Azeméis, momento bastante emocionante para muitas pessoas, momento de manifestação de fé. Por fim, dizer-vos que amanhã irá iniciar-se aqui em Oliveira de Azeméis a Convenção Nacional dos Lions, convenção anual feita numa das cidades de Portugal e este ano o Movimento Lionista, escolheu Oliveira de Azeméis para realizar este momento alto da sua vida associativa. Dizer-vos que é com muito gosto que a Câmara Municipal se associou e apoiou a sua realização. Convido todo o Executivo para uma conferência sobre Ferreira de Castro, que se vai realizar amanhã no Cineteatro Caracas e que se intitula de “Ferreira de Castro: a criação literária como paradigma existencial”, no âmbito dessa convenção feita pelo Dr. Paulo Samuel, uma pessoa formada em filosofia e estudos culturais, mestrado em estudos Portugueses e investigador integrado do Centro de História e Cultura da Universidade Nova de Lisboa, uma conferência interessante porque vai ser muito interativa e vai contar com o ator Fernando Soares. Vai ser uma conferência não nos moldes tradicionais, mas eu estou com bastantes expectativas porque será uma conferência espetáculo. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Ana de Jesus: Perguntar em que ponto está a auditoria ao Centro de Línguas, saber se a Câmara já tem conhecimento se foi contratada alguma empresa para o fazer. O segundo ponto, nós pretendíamos fazer alguns comentários ao projeto de requalificação do Largo da Igreja de Cucujães, ainda dentro da fase da discussão pública, pedimos o projeto mas considerando que ele não nos chegou, vamos fazê-lo mesmo sem ver o projeto e, portanto, decidimos fazê-lo em reunião de Câmara, dizendo o seguinte: “Os Vereadores do Partido Socialista, tomando conhecimento da proposta de requalificação do Largo da Igreja Matriz de Cucujães, vêm em sede de reunião fazer chegar a sua posição sobre o mesmo: Considerando que: - O espaço a intervir é o acesso a cinco serviços: Cemitério, Igreja Paroquial, Seminário das Missões, Lar Santa Teresinha, Tipografia das Missões e respetiva loja de venda ao público; - Para aceder a estes serviços ocorrem

diariamente a esta zona dezenas de pessoas, atingindo as centenas nos fins de semana; - Muitos desses utilizadores são pessoas de idade avançada e mobilidade reduzida, razão pela qual carecem de estacionamento nas imediações; Não podem os Vereadores do Partido Socialista concordar com o projeto em discussão, entendendo que o executivo deverá elaborar um novo projeto tendo em conta algumas premissas que são para nós essenciais, a saber: - Necessidade de criar uma infraestrutura de estacionamento ampla; - Encontrar uma solução para o congestionamento do trânsito resultante da configuração atual das vias de acesso; - Enquadrar esses dois aspetos num projeto de requalificação mais abrangente, ou seja, não só do Largo da Igreja, mas também da sua envolvente (alargamento da área descoberta do Museu Regional, Escadório, Jardim e Cruzeiro). Assim, consideramos que avançar com o projeto em discussão sem resolver a questão da mobilidade automóvel e seu estacionamento, será despender dinheiros públicos para agravar as condições de acesso de todos aqueles que procuram estes espaços. Até lá, impõe-se uma repavimentação da rua de acesso e do próprio largo com algum ordenamento no respetivo estacionamento. Não podemos também deixar de lamentar que, não obstante os vários pedidos, até ao momento não nos tenha sido disponibilizada, formalmente, a documentação sobre o referido projeto.” Uma última questão na minha intervenção e um minuto de reflexão: eu não perdi a esperança de um dia assistir a que os eleitores penalizem os governos e as autarquias por obras eleitorais. Acho que quando a sociedade civil começar a fazer isso, todos nós vamos ganhar. Há uma tendência para concentrar obras no ano das eleições e isso implica o quê? Implica três anos de verdadeiro martírio para as pessoas em algumas áreas, além de se verem privadas de algumas infraestruturas e falo especificamente os pavimentos das ruas. Todos nós assistimos em anos eleitorais a grandes ajustes diretos, onde não há o mínimo de critérios nos termos em que adjudicamos esses ajustes diretos. Tivemos oportunidade de ver que nas últimas eleições autárquicas foram feitos ajustes diretos com termos amplos, tipo alcatroamento de várias ruas onde não eram definidos metros, onde não eram definidas ruas, onde não era definido nada, nem preços, nem sequer sabemos o preço por metro/ quadrado e, portanto, essas obras eleitorais custaram-nos mais do que custariam se fossem feitas e distribuídas ao longo de quatro anos. Trabalho com alguns empreiteiros e sei perfeitamente os preços que eles praticam em anos de eleições e fora dos anos de eleições, o que é normal, a procura aumenta, o preço aumenta, portanto, acho que seria uma medida de boa gestão distribuir essa repavimentação ao longo de quatro anos, por um respeito claro pelas populações. Eu espero sinceramente que se faça este percurso, isto é transversal a todas as autarquias, quer sejam governadas pelo partido A ou pelo partido B, mas acho que toda a sociedade, o dinheiro público, teria muito a ganhar se nós em respeito pelos cidadãos fossemos satisfazendo as suas necessidades prevenindo e dando-lhes mobilidade ao longo de quatro anos e não aguardando para fazer o brilharete em ano de eleições com todos os custos em que isso se traduz. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Helder Simões que disse: A primeira questão, nem fazia parte daquilo que eu trazia para a reunião, mas ontem fui abordado por um munícipe que estava um bocado escandalizado, não tenho documentação que sustente

aquilo que estou a dizer, terá até a ver com a área do Prof. Isidro, o munícipe estava indignado por ter recebido uma notificação para ir pagar ao GAM € 1,46 de um lanche do seu filho. O munícipe disse que não foi só ele, que foram muitos e tinha a ver com a participação dos alunos num sarau, num evento, no pavilhão municipal. O munícipe estava indignado porque eram de Cucujães, tinham que levar os miúdos para o sarau no centro da cidade, tiveram de levar os carros, tiveram de perder tempo e depois ainda lhes cobram € 1,46 de um lanche. O Vereador Dr. Isidro Figueiredo esclareceu: A Câmara não pode estar a cobrar isso, é um evento do agrupamento, mas se conseguir dar-me mais elementos eu agradeço. O Vereador Helder Simões continuou a sua intervenção: Procurando apurar e tendo respostas concretas, Senhor Presidente, gostava de saber, pelas vias normais e não por outras vias, qual é o ponto de situação da lombas que foram edificadas no concelho de Oliveira de Azeméis, saber se todas elas tiveram o mesmo tratamento por parte dos serviços municipais e por parte do executivo municipal, sendo certo que eu só me recordo de aprovar uma delas. Questionar também, Senhor Presidente, o ponto de situação sobre o ajuste direto dos serviços jurídicos para contestação da reversão do setor das águas. Ainda a semana passada foi publicado mais um ajuste direto por uma Câmara a contratar esta mesma empresa de advogados, publicados ajustes diretos já estão ali € 150.000 para uma coisa que todos nós percebemos que a perspetiva do governo é de reverter este processo. Independentemente de quem esteja metido ao barulho neste processo, não vou descansar enquanto não perceber efetivamente quanto é que os municípios pagaram, aceito que tenham contratado, mas não vou aceitar que paguem estas exorbitâncias. Eu até agora vi cinco ajustes diretos de cinco municípios geridos por autarcas Independentes, por autarcas do PS e por autarcas do PSD, portanto, sobre essa matéria eu não estou preocupado. Eu já percebi que todos decidiram contratar, agora eu só espero é que não tenham decidido todos pagar mesmo que as coisas não tenham avançado. O Senhor Presidente disse: O atual Ministro do Ambiente, João Pedro Marques Fernandes, na altura Presidente das Águas do Porto, conseguiu liderar um conjunto significativo de municípios, que não os dezassete, até são mais do que dezassete porque há outros municípios de fora da Área Metropolitana do Porto. E posso dizer que Paredes também veio com o escritório de advogados, com sede em Paredes e outros municípios como Penafiel, Felgueiras e outros decidiram ir por aquele lado e na altura houve um grupo de municípios, que era o Miguel Oliveira o Vice-Presidente da Câmara de São João da Madeira, estava o Dr. Ricardo tavares, estava as Águas do Porto, julgo que Gaia, Gondomar e Feira que decidiram optar por outra estratégia e por outro escritório de advogados. Tudo aquilo que fizemos, não fizemos nada de diferente do que os outros municípios fizeram, fizemos a mesma coisa. O Senhor Ministro, já na qualidade de Ministro, pediu aos municípios para suspender a situação, amanhã o Senhor Vice-presidente vai ter uma reunião com o Senhor Secretário de Estado do Ambiente onde possivelmente essa matéria vai ser tratada e o Senhor Ministro, tanto quanto julgo saber, comprometeu-se até ao final deste mês dar mais indicações sobre isso e pediu aos municípios para lhe dar alguma tranquilidade decisória e os municípios suspendessem as ações nos tribunais. Eu não sei se todos suspenderam, nós fizemos

o que o Senhor Ministro pediu. O Senhor Vereador Helder Simões continuou a sua intervenção: Também já falei aqui em tempos na questão da sinalética, nomeadamente para estabelecimentos hoteleiros. Qual o ponto de situação desse processo? Sei que a Quinta da Dinha já manifestou essa necessidade e agora até cruzando com a Confraria das Papas que está situada nas imediações e não é fácil chegar lá sem sinalética, podem ser processos tratados em simultâneo, portanto, seria importante resolver essa questão. Outra nota, o Centro de Saúde de Oliveira de Azeméis foi inaugurado em 2011, significa que desde 2011 temos o antigo espaço do centro de saúde a degradar-se e acho lamentável e vergonhoso que passados quatro anos e meio de Governo sem que nós tenhamos conseguido resolver e que já se tenha passado quatro meses e que não se tenha conseguido resolvido. De uma vez por todas, Senhor Presidente, eu acho que que nós devíamos saber exatamente quem é que está a entrar este processo e procurar saber a verdade toda para que isto se resolva, porque estamos a degradar aquele espaço, cada vez que lá passo acho que está mais vandalizado, já começaram a partir os vidros. Uma outra nota, tem a ver com a Indagua, perceber se o Senhor Presidente já tem alguma resposta àquele munícipe que tem o estabelecimento comercial na estrada nacional, que não lhe faziam a ligação da rede de água e, portanto, estamos a falar de um munícipe que não pode ter água, penso que há dois anos, é daqueles que quer pagar o brutal aumento da água mas que não consegue nem assim ter água. Questionar o Senhor Presidente sobre a questão das cisternas e da recolha das águas residuais, saber se a Indagua já deu alguma perspectiva de anuir a esta nossa proposta ou não. Uma última nota Senhor Presidente, ainda a ver com a Indagua, nós estamos numa altura em que os cidadãos exigem que nós atores políticos cada vez tenhamos mais princípios éticos e que os coloquemos em prática, sobrepondo esses princípios éticos às questões da legalidade. Isso é cada vez mais assumido, não obstante por exemplo o Parlamento Português ter permitido e não ter visto nenhuma ilegalidade na acumulação de funções de um deputado com uma empresa estrangeira, não verificar nenhuma ilegalidade nessa matéria, o que é certo é que os cidadãos nas sondagens e estudos de opinião repudiam esse tipo de atitudes. Portanto, a ética deve sobrepor-se às questões meramente legais. Senhor Presidente, eu gostava de saber se o Senhor Presidente acha normal e ético que o Dr. Ricardo Tavares represente e negoceie com a Indagua, não tenho problemas nenhum que faça isso enquanto Vice-presidente do Executivo, mas que a mesma Indagua tenha como advogada a Dra. Graça Rodrigues, portanto, que esteja a encetar processos contra munícipes e contra oliveirenses. Não ponho em causa nenhuma questão de legalidade nessa matéria, mas gostava de saber se o Senhor Presidente se se sente confortável, se acha ético. Eu não gostava de ver um dia o município a ter por qualquer motivo, esperemos que não, a recorrer a tribunais e a colocar algum processo contra a Indagua e do outro lado ter a esposa do Dr. Ricardo Tavares. Acho que nós devemos acautelar esta matéria e não deveríamos permitir estas situações. Já percebeu o meu ponto de vista, mas eu gostava de saber qual é a sua opinião. O Senhor Presidente prestou os seguintes esclarecimentos: Acompanhar naturalmente o Senhor Vereador Pedro Marques, que representou a Câmara Municipal na tomada de posse da Associação Comercial, e desejar um bom mandato à Associação Comercial.

Não é fácil hoje ser dirigente seja do que for e, portanto, também na Associação Comercial tenho que enaltecer a coragem e a disponibilidade dos comerciantes que aceitam fazer parte dos órgãos sociais para poderem desempenhar uma missão de colaboração e de parceria com a Câmara Municipal, mas fundamentalmente ajudar também ao desenvolvimento e crescimento do comércio. Quanto à questão das placas hidrográficas e do Ínsua/ Antuã e do Antuã/ Ínsua, Senhor Vereador, na abertura da A32 queixamo-nos ao concessionário da denominação de Rio Ínsua na ponte que passa em Carregosa/ Pindelo, porque nós tínhamos recebido várias notas de que aquilo estava errado, mas eles depois mostraram-nos várias notas a dizer que eles é que estavam certos e nós é que estávamos errados, mas eu continuo a achar que nós é que estamos certos e eles é que estão errados. Mas isso é válido depois para outras situações. Nós já fizemos esses reparos às autoridades respetivas, essa é sempre uma matéria muito controversa porque depois há estudiosos relativamente a isso e se calhar tem que haver aqui alguém que possa de alguma forma dizer para que caminho devemos seguir, porque o que queremos é que a informação seja o mais correta possível. Quanto à questão da Feira dos Onze, nós hoje vamos aprovar uma nova denominação para a Feira dos Onze, dar um nome a uma personalidade incontornável da sociedade oliveirense que é o Senhor António César Guedes e passar a ser Parque António César Guedes. São várias as questões, houve uma segunda fase na Feira dos Onze que é o arranjo exterior para a Rua António Joaquim de Freitas e posso-lhe dizer que vai haver uma terceira fase. A indicação que eu tenho dos serviços técnicos é que a segunda fase no dia 10 de maio está concluída. Houve necessidade de fazer uns ajustamentos tendo em conta a quantidade de chuva que caiu e que colocava ali uma situação complicada nomeadamente de compatibilização com a escola e que também está a ser resolvida. Quero dizer que a terceira fase, para não estarmos a aguardar que ela seja feita e o parque não esteja à disponível para os Oliveirenses, será a requalificação do polidesportivo que está neste momento também a ser ultimado para que aquele espaço seja moderno, atrativo, que permita praticar desporto, várias modalidades e que seja um espaço com enorme qualidade, que se enquadra perfeitamente na requalificação da Feira dos Onze. Quanto à questão do parque de estacionamento subterrâneo, nós notificamos a empresa e recebemos da empresa Soares da Costa um pedido de tempo para poder responder, para poder fazer o levantamento de toda a situação. Quanto à Wuhan Industries, nós já trabalhamos diretamente com o AICEP que contactou a delegação na China do AICEP e estamos a aguardar uma resposta, mas o que eu continuo a dizer é que há felizmente bastantes empresas interessadas naquele espaço no caso de termos uma resposta negativa, portanto, nós vamos continuar a aguardar. A China é um país muito grande, o AICEP Portugal não está presente em todos os cantos da China mas foi feito um contato pelo Presidente do AICEP e pelo assessor para a internacionalização como a nossa Delegada que se comprometeu pessoalmente a ir ao encontro dos investidores e poder dar-nos uma resposta. Já agora a título informativo, o AICEP tem um problema semelhante ao nosso por causa do contrato de investimento formado com a Wuhan Industries e os Fundos, nomeadamente o adiantamento da candidatura que foi recebido e que já ultrapassou todos os prazos legais do contrato. Quanto ao

IC2, as obras são para fazer entre abril e maio e, portanto, vamos aguardar que isso aconteça. Quanto à questão que colocou da Martifer, da Promoquatro, ainda agora fomos chamados relativamente a essa matéria pelo Revisor Oficial de Contas, como sabe no próprio parecer do Revisor Oficial de Contas há uma menção a essa questão e como eu vos disse estamos a aguardar uma reunião e logo que haja essa reunião o Senhor Vereador será informado da mesma. Nós queremos que se cumpra aquilo que é a intenção da Martifer ou então a Martifer que desista do que quis fazer, a Martifer ou o dono. Temos que defender o interesse público, isso é fundamental. Quanto à requalificação da zona industrial, estamos a aguardar financiamento comunitário, é uma situação prioritária para nós e não tendo financiamento temos que aguardar por melhores desenvolvimentos. Quanto à intervenção do Vereador Isidro Figueiredo e a uma questão colocada aqui pelo Senhor Vereador Manuel Alberto Pereira, queria dar nota do evento Aqui Há Futuro, iniciativa conjunta dos municípios de Vale de Cambra e de Oliveira de Azeméis. Dizer que Santa Maria da Feira tem uma mostra muito semelhante também, só com a Feira, houve conversações com os Senhores Vereadores, isto foi discutido no Entre o Douro e Vouga, na Associação de Municípios e não se tomou nenhuma decisão e, portanto, o município de Vale de Cambra e de Oliveira de Azeméis não quiseram estar à espera ou que pusessem em causa em funcionamento do evento e avançaram com esta edição. É uma situação que não está fechada, está em aberto e como sabe há um envolvimento muito grande das escolas, aliás isto partiu das escolas, nós acompanhamos, apoiamos e lá estaremos estes dias em Vale de Cambra. Quanto à questão que o Senhor Vereador colocou sobre um abaixo-assinado dos moradores junto a uma área de lazer, a um estabelecimento comercial de diversão noturna na zona industrial de Oliveira de Azeméis, dizer que já tivemos situações, nos últimos tempos, bastante complexas e procuramos sempre concertar as posições. Eu relembro os abaixo-assinados que ocorreram no Largo da Feira, em Cesar, com moradores, proprietários dos bares e autoridades, Junta de Freguesia e GNR. A Câmara Municipal, o Senhor Vereador Pedro Marques e eu próprio, tivemos dezenas de reuniões em Cesar com moradores, operadores da área da restauração, da diversão, com a GNR, com a Junta de Freguesia, porque muitas das situações que eram descritas e provocavam o mal-estar eram situações pós-encerramento do estabelecimento, ou seja, estamos a falar já de qualidade e segurança na via pública e não diretamente relacionado com a abertura, a exploração do bar, do café ou da discoteca. Esta é uma questão que não é só de Oliveira de Azeméis, não é daquela zona, é de Aveiro, é do Porto, é dos grandes centros onde existe esses estabelecimentos e quando eles têm vizinhos por perto. Em conjunto com as autoridades, nomeadamente com a GNR, temos acompanhado esta situação com atenção e aquilo que nós queremos naturalmente é conciliar a atividade comercial, de atração e diversão para a juventude, mas também perceber que não pode pôr em causa o descanso e o bem-estar da população eu ali reside. É preciso aqui algum trabalho de sensibilização, nomeadamente dos proprietários destes estabelecimentos que, foi esse o compromisso que em Cesar resultou, os utilizadores desses espaços de diversão noturna tenham cuidado e respeito pelas pessoas quando saem e, portanto, que haja algum acompanhamento, a

própria GNR tem condicionamentos para o fazer, na saída das pessoas dos estabelecimentos noturnos, tem de haver um trabalho de articulação. O abaixo-assinado teve o seu desenvolvimento, está a ser tratado, a ser trabalhado e essa situação tem sido acompanhada pormenorizadamente e com acompanhamento permanente. Nós estamos a fazer um trabalho junto dos proprietários com as autoridades e os moradores sabem que esse trabalho está a ser feito. Acho que nós temos que perceber exatamente o equilíbrio que permite conjugar a atividade comercial com o descanso. É fundamental e não tomarmos o lado A ou o lado B. O Vereador Dr. Pedro Marques acrescentou: É uma situação complicada, complexa, já não é de hoje, aliás é praticamente desde o nascimento daquele bar. Posso adiantar e assegurar que já foram feitas várias reuniões de trabalho com os promotores e com algumas entidades, no caso com o antigo chefe da polícia de Oliveira de Azeméis. Nós já conhecemos a realidade, já conhecemos o problema, já sabemos qual é a questão, aliás o Vereador Isidro esteve numa dessas reuniões, e não nos podemos colocar em nenhum dos lados e temos de encontrar uma solução pacífica que resolva a situação. O Senhor Presidente continuou a sua intervenção: Quanto à questão das obras que o senhor Vereador questionou, eu vou pedir mais informações à Indaqua, mas nós estamos a falar de uma conduta e de uma situação que ocorreu, uma conduta de abastecimento a uma grande parte da cidade que teve um problema e que teve que ser intervencionado. A razão da reposição não ter sido feita à velocidade desejável, foi efetivamente o risco que há nestas obras de ter que haver pequenas afinações, o que significa que no caso de ser preciso afinar tem que se levantar o pavimento outra vez, teve ali uma plataforma provisória, julgo que está para breve ser definitivamente resolvido e hoje mesmo irei perguntar. Quanto às alternativas de trânsito, a GNR tem o conhecimento das mesmas, não são feitas à revelia da GNR, a GNR sabe que os cortes são feitos e as alternativas são em conjunto definidas com o departamento de trânsito, o promotor da obra e as autoridades. Quanto à intervenção da Senhora Vereadora Gracinda Leal, só realçar de que estamos a conversar com a Junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis para encontrar um espaço com a maior dignidade para aproveitarmos e potenciarmos o gesto altruísta da Senhora Dra. Branca Paúl, com a oferta do espólio do Senhor Fernando Paúl. Uma vez mais a Dra. Branca Paúl veio à cidade de Oliveira de Azeméis, sempre com alguma emoção e estamos neste momento a ultimar negociações com a Junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis para que possa ter um espaço com dignidade para receber e mostrar às crianças em idade escolar e a toda a população que nos possa visitar, o espólio fantástico do Mestre Fernando Paúl. Uma nota também, porque evidentemente é importante, é um evento com um impacto socioeconómico muito importante no nosso município, a questão da convenção anual dos Lions. A partir de amanhã vamos ter um movimento diferente no centro da cidade, estamos a falar da participação de mais de seiscentas pessoas nesta convenção anual e, portanto, temos tudo o que é hotelaria e restauração afetos a este evento que é também importante para nós e gratificante ver que os Lions nacionais escolheram Oliveira de Azeméis para realizar a sua convenção anual. Quanto às perguntas que a Senhora Vereadora Ana de Jesus colocou, a questão do Centro de Línguas, eu sei que já houve uma reunião jurídica

com a equipa da Câmara Municipal e a equipa do Centro de Línguas, não tenho ainda o resultado, vou apurar e dir-lhe-ei na próxima reunião. Quanto à proposta, como eu já tive a oportunidade de dizer aqui, a nossa sugestão foi proporcionar a discussão pública, ouvir a Junta de Freguesia, ouvir a Fábrica da Igreja, agradeço mais um contributo e cá estaremos depois, conforme ficou combinado, para apresentar uma solução que seja o mais consensual possível e que resolva os problemas e os constrangimentos, que é isso que nos move, é a nossa intenção resolver esse problema. Relativamente à outra questão, Senhor Vereadora, dar nota que eu vou surpreende-la positivamente, ou seja, nós estamos neste momento a finalizar procedimentos para repavimentações, para um forte investimento de repavimentações em todo o concelho. Vai ser agora, não vamos esperar por mais nada, vai ser agora porque efetivamente o estado de algumas vias assim o justifica. Quero-lhe dizer que os serviços técnicos entenderam prioritário iniciar-se uma frente de obra na União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca. Depois haverá investimento em todas as freguesias e paralelamente a isso serão lançadas já, procedimentos prontos, três obras de requalificação de estradas, também paralelamente a este investimentos com as Juntas de Freguesia: a estrada que vai da Ponte do Cavalari a Adães, a estrada que liga Oliveira de Azeméis a Loureiro; a outra estrada que faz a ligação Carregosa/ Fajões/ Cesar e uma outra estrada em Carregosa que está ainda em tubenat, julgo que é a Rua do Ilhó, que vai ter ao centro hípico que foi construído, era um compromisso que também tínhamos com essa candidatura à ADRITEM, o alargamento já está feito e vamos lançar essa empreitada. Temos pronto o lançamento da empreitada do Mercado Municipal, portanto, na próxima segunda-feira será feita essa questão pública e em termos de empreitadas é o que temos. As intervenções vão ser feitas em concertação com as Juntas de Freguesia. Quanto à questão do Vereador Helder Simões, eu espero ainda conseguir até ao final da reunião dar-lhe resposta sobre a questão € 1,46 para que o Senhor Vereador possa tranquilizar o munícipe, já fiz o pedido. Vou-lhe preparar também um dossier relativo às lombas, um dossier que tenha histórico e que fique para memória futura. Quanto à outra questão que colocou, é uma questão que não lhe vou dar aqui nenhuma resposta, vou contactar a Indaqua, não vou aqui responder porque essas questões éticas dizem respeito a cada um de nós no exercício das nossas funções e, portanto, não vou sequer tecer comentários. Quanto ao Centro de Saúde, dizer-lhe que na semana passada enviei com email com caráter de urgência ao Senhor Presidente da ARS. Nós tínhamos o assunto já quase fechado com o Dr. Álvaro Almeida e eu acho que o processo não vai andar para trás, espero que no mais curto prazo de tempo nós possamos ter autorização. Senhor Vereador, deixe-me dizer-lhe que não tenho nenhuma dúvida relativamente a essa matéria, se me obrigarem a ter que fazer uma intervenção no edifício sem eu ter nenhuma autorização da ARS eu faço, a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis está completamente à vontade, não está trilhada em nada, é por uma questão de respeito. Se as coisas estão a ser tratadas, vamos aguardar, mas neste momento nós não temos nenhum constrangimento sobre essa matéria. Ontem ao final do dia chegou um email com caráter de urgência, o Senhor Ministro da Infraestruturas que tutela os fundos comunitários, Dr. Pedro

Marques, convocou os Senhores Presidentes de Câmara para falar sobre a flexibilização dos PEDUS, a reunião será amanhã de manhã. Quanto à questão que o Senhor Vereador colocou sobre a Indaqua, nós ainda não temos respostas para elas, a Indaqua tem andado numa fase de projetos e entrega de projetos e luta contra o tempo relativamente a essa matéria, logo que possamos diremos alguma coisa. Quanto à questão do municípe e da ligação da água, a Indaqua ficou admirada com essa situação e disse “nós queremos vender água”, mas eu ainda não tenho a resposta, logo que tenha ela será transmitida. O Senhor Presidente concedeu novamente a palavra ao Vereador Eng.º Joaquim Jorge que disse: Senhor Presidente, eu ouvi e aceito essas respostas, mas claro que não aceito a resposta que foi dada em relação à Feira dos Onze, porque objetivamente estamos a falar de mais de dois anos e não vamos continuar a utilizar as culpas esfarrapadas e gastas das condições atmosféricas e das intempéries, porque se fossemos para um país nórdico não fazíamos coisa nenhuma e encontrávamos aí um justificativo para a nossa inação. Interessa que aquilo se concretize, mesmo com todos estes atrasos, a obra é uma obra simples que em nada justifica estes atrasos e é isso que nós temos que assumir com toda a frontalidade, que já devia estar pronto há muito. Não fiquei nada satisfeito com aquilo que me disse em relação ao estacionamento subterrâneo. Nós não temos que aceitar prazos da Soares da Costa, nós temos é que impor prazos, o que é completamente diferente. Nós temos um contrato que obriga as partes, aquilo que nos importa é que esse contrato seja cumprido, havendo incumprimento nós temos que tomar medidas no sentido de salvaguardar o interesse público e salvaguardar o interesse público é obrigar ao cumprimento do contrato. E objetivamente aquilo que nós queremos é que aquelas dezenas de oliveirenses que lá estacionam as viaturas e também as pessoas que utilizam esporadicamente para estacionar, tenham possibilidade de o fazer e neste momento estão impedidos de o fazer por incumprimento de uma das partes. Temos que ser nós a ditar as regras do jogo e não a esperar impacientemente por uma resposta da Soares da Costa. Eu ouvi-o em relação a este conjunto de intervenções que vão sendo feitas, não tenho dúvidas nenhuma sobre o mérito e importância, mas Senhor Presidente nós temos vindo ao longo destes anos a defender que as intervenções na requalificação da rede viária fossem feitas de forma programada e em função da natureza das vias, da sua importância económica, dos aglomerados habitacionais que servem, dos aglomerados industriais que servem. Nós continuamos a dizer, Senhor Presidente, que a Rua do Mosteiro é uma rua fundamental e é uma rua que em nada dignifica uma das freguesias mais importante do nosso concelho e em nada dignifica Oliveira de Azeméis. É das poucas ruas de paralelos que nós temos, mas esta não é uma via qualquer, enquanto a das Baralhas é uma via que é atravessada por muito pouco trânsito, esta tem um trânsito intenso e não há dúvida que quando chove aqueles passeios/ bermas ficam completamente intransitáveis, a via é uma via perigosa e torna-se mais perigosa ainda pelo tráfego intenso. Esta é uma das vias que importa requalificar. A própria Estrada Nacional 1, nós já fizemos algumas intervenções pontuais, devia ser intervencionada em toda a sua extensão para ser a grande via de atravessamento urbano do concelho e que permitisse todo o desenvolvimento, como aconteceu no passado, que se passa um

pouco em torno desta via. E também objetivamente esperar que nestas intervenções que vão ser feitas na União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca, esteja lá a prometida via Vilarinho S. Luís, porque é uma tragédia, é um via do terceiro mundo e espero que faça parte desse plano. Senhor Presidente, disse que tinha vários assuntos para falar com a Indaqua, pedia-lhe que falasse também daquele assunto recorrente que tem a ver com o esvaziamento das fossas, aquele pedido que a autarquia fez à Indaqua no sentido da Indaqua avaliar da possibilidade de nós facilitarmos a vida a todos aqueles munícipes que têm que recorrer ao esvaziamento de fossas, pagando verdadeiras exorbitâncias, não tendo eles culpa de não serem servidos pela rede pública de saneamento e sendo eles contribuintes ativos para os munícipes que são servidos por essa infraestrutura. Portanto, Senhor Presidente, leve mais esse assunto, veja se consegue sensibilizar a Indaqua para que avance com essa medida e Senhor Presidente se o conseguir fazer garanto-lhe que deixaria muitos munícipes oliveirenses satisfeitos com esse seu sucesso. =====

===== **ORDEM DO DIA** =====

===== *A Câmara Municipal tomou conhecimento do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e da delimitação do Parque Temático Molinológico, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.* =====

===== **APROVAÇÃO DE ATA:** *O Senhor Presidente colocou à votação a ata número 67, a qual foi aprovada por unanimidade.* =====

===== **EDUCAÇÃO** =====

===== **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DOS ALUNOS DA ESCOLA SECUNDÁRIA SOARES BASTO – EMISSÃO DE PARECER – DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA (I/18220/2016):** *Pelo Vereador Dr. Isidro Figueiredo, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O solicitado pela Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros para que se emita um parecer que possa contribuir para a pretensão da Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Escola Secundária Soares Basto em obter a declaração de utilidade pública; - Que a Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Escola Secundária Soares Basto é uma coletividade criada em 1982, cuja missão é a defesa e promoção dos interesses dos associados, no que respeita à educação e ensino dos seus filhos; - Que a entidade requerente se enquadra na categoria das pessoas coletivas suscetíveis de declaração de utilidade pública, já que ao longo destes 34 anos de existência tem vindo a contribuir de forma permanente e significativa no desenvolvimento, formação e integração dos alunos e das suas famílias no ambiente escolar; -*

Que a atividade da Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Escola Secundária Soares Basto assume-se como de relevante interesse para este Município, porquanto apoia efetivamente a inclusão dos alunos mais carenciados, a oferta de equipamentos para a Escola, assegura o apoio a diversas atividades e projetos desenvolvidos dentro e fora da Escola, como por exemplo o projeto de «De mãos dadas com a ciência», financiado pelo Ciência Viva; o Prémio de Jornalismo Juvenil Bento Carqueja; o concurso “É preciso ter Lata!” e a demonstração da seleção nacional “Basquete sobre Rodas”, entre outros. Assim proponho: A emissão de parecer favorável nos termos do n.º 2.º do artigo 5.º da Lei n.º 460/77, de 7 de novembro e posteriores alterações, ao solicitado pela Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Escola Secundária Soares Basto, face ao preenchimento dos requisitos e condições necessárias.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **CULTURA, DESPORTO E TEMPOS-LIVRES** =====

===== **OBRA SOCIAL DE S. MARTINHO DA GÂNDARA – CEDÊNCIA DO CINE-TEATRO CARACAS – ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXA DE LOCAÇÃO (I/26247/2016):** *Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O pedido de cedência do Cineteatro Caracas com isenção do pagamento de taxa de locação apresentado pela Obra Social de S. Martinho da Gândara com vista à realização de Festa de Final de Ano, dia 22 de julho de 2016 às 18h30m, que indica que os fins artísticos, educacionais e de lazer são de interesse público; - Pelo n.º 2 do art.º 6º do Regulamento de Funcionamento, Segurança e Utilização do Cineteatro Caracas, o mesmo: “Pode ser utilizado para a realização de outras atividades propostas por entidades externas, mediante autorização nos termos do presente regulamento”; - Nos termos do n.º 2 do art.º 7º do citado Regulamento, com a epígrafe “Cedência do equipamento”: “Os requerentes do equipamento poderão ser excepcionalmente dispensados do pagamento da taxa de locação, por deliberação do Órgão Câmara Municipal, se ponderados motivos de interesse público que a justifiquem, mantendo-se, no entanto, a obrigatoriedade da observância deste regulamento. Neste caso será cobrada a taxa mínima de utilização prevista na tabela; - Que constituem atribuições das Autarquias a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações; - Compete à Câmara Municipal apoiar as iniciativas que estimulem a criação individual e coletiva, nas suas múltiplas formas e expressões; - O disposto na alínea o) e u) do n.º 1 do art.º 33º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, proponho: A autorização da Cedência do Cineteatro Caracas, com isenção do pagamento de taxa de locação à Obra Social de S. Martinho da Gândara, ao abrigo designadamente do disposto no n.º 2 do art.º 6º e n.º 2 do art.º 7º do Regulamento de Funcionamento, Segurança e Utilização do Cineteatro Caracas conjugado com a alínea o) e u) do n.º 1 do art.º 33º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, nos termos e para os fins solicitados, mantendo-se as demais obrigações decorrentes*

da aplicação do Regulamento, sendo apenas cobrada a taxa mínima de utilização prevista.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS – CEDÊNCIA DO CINE-TEATRO CARACAS – ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXA DE LOCAÇÃO (I/25776/2016):** Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O pedido de cedência do Cineteatro Caracas com isenção do pagamento de taxa de locação apresentado pela Santa Casa de Misericórdia de Oliveira de Azeméis, com vista à realização de Festa de Final de Ano Letivo, no dia 2/7/2016 às 15 horas, que indica que os fins artísticos, educacionais e de lazer são de interesse público; - Pelo n.º 2 do art.º 6º do Regulamento de Funcionamento, Segurança e Utilização do Cineteatro Caracas, o mesmo: “Pode ser utilizado para a realização de outras atividades propostas por entidades externas, mediante autorização nos termos do presente regulamento”; - Nos termos do n.º 2 do art.º 7º do citado Regulamento, com a epígrafe “Cedência do equipamento”: “Os requerentes do equipamento poderão ser excepcionalmente dispensados do pagamento da taxa de locação, por deliberação do Órgão Câmara Municipal, se ponderados motivos de interesse público que a justifiquem, mantendo-se, no entanto, a obrigatoriedade da observância deste regulamento. Neste caso será cobrada a taxa mínima de utilização prevista na tabela; - Que constituem atribuições das Autarquias a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações; - Compete à Câmara Municipal apoiar as iniciativas que estimulem a criação individual e coletiva, nas suas múltiplas formas e expressões; - O disposto na alínea o) e u) do n.º 1 do art.º 33º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, proponho: A autorização da Cedência do Cineteatro Caracas, com isenção do pagamento de taxa de locação à Santa Casa de Misericórdia de Oliveira de Azeméis, ao abrigo designadamente do disposto no n.º 2 do art.º 6º e n.º 2 do art.º 7º do Regulamento de Funcionamento, Segurança e Utilização do Cineteatro Caracas conjugado com a alínea o) e u) do n.º 1 do art.º 33º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, nos termos e para os fins solicitados, mantendo-se as demais obrigações decorrentes da aplicação do Regulamento, sendo apenas cobrada a taxa mínima de utilização prevista.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **AÇÃO SOCIAL** =====

===== **DIAGNÓSTICO SOCIAL CONCELHIO E PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO PROGRAMA REDE SOCIAL 2016-2018 (I/26276/2016):** Retirado para melhor análise. =====

===== **DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO** =====

===== **XX MERCADO À MODA ANTIGA – ALARGAMENTO DO HORÁRIO DO COMÉRCIO TRADICIONAL (I/26160/2016)**: Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “No âmbito da realização do XX Mercado à Moda Antiga nos próximos dias 14 e 15 de maio de 2016, e tendo presente que: 1. O Mercado à Moda Antiga é um evento de referência regional e nacional na categoria das recriações históricas; 2. É um evento que encerra em si a maior manifestação associativa e coletiva do nosso município; 3. O potencial económico, cultural e turístico que tem vindo a afirmar ao nível local e regional; 4. A longevidade configurada na memória coletiva dos munícipes e dos visitantes, patente nas 19 edições já realizadas; 5. A total responsabilidade de organização por parte do Município de Oliveira de Azeméis; 6. O sentimento de pertença e identidade gerado pelo evento nos participantes e no comércio tradicional do Centro urbano de Oliveira de Azeméis. Proponho que seja aprovado o alargamento de horário específico ao evento, aplicável aos comércios tradicionais do centro urbano de Oliveira de Azeméis, de acordo com os pareceres favoráveis da GNR e da União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madaíl, para a seguinte proposta: Dia 14 de maio – das 9h às 3h do dia 15 de maio; Dia 15 de maio – das 9h às 23h.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **ALARGAMENTO EXCECIONAL DIÁRIO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO COMERCIAL DENOMINADO “VIAGENS ABREU” – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (I/26074/2016)**: Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - De acordo com o artigo 13.º do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais de Venda ao Público e de Prestação de Serviços, a Câmara Municipal poderá alargar os limites fixados no Regulamento referido; - Não obstante, dada a urgência na tomada de decisão para o solicitado pela firma e em virtude da impossibilidade de reunir extraordinariamente a Câmara Municipal, relativamente ao processo n.º PI/4397/2010, no dia 08/04/2016, foi deferido, por meu despacho, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, o alargamento do horário de funcionamento excecional diário para os dias mencionados em assunto, para o estabelecimento denominado - “ Viagens Abreu ” - sito na Rua Dr. Aníbal Beleza, n.º 97 – Oliveira de Azeméis. Pelo exposto, ao abrigo do n.º 3 do art.º 35 do Anexo I da Lei n.º 75/2015, de 12 de Setembro, submeta-se o despacho referido para ratificação ao órgão executivo, do ato praticado na respetiva data.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **FINANÇAS E CONTABILIDADE** =====

===== **AUTORIZAÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE TERRAS DE SANTA MARIA – AMTSM (I/26193/2016)**: Pelo Vereador Dr. Pedro Marques, foi apresentada a seguinte proposta: “De acordo com a Deliberação tomada na reunião do Executivo de 31/08/2007, submeto as Transferências a efetuar para comparticipação nas despesas da AMTSM, evidenciadas nas seguintes Faturas: Fatura nº 27/2016: 5.257,95€ - Transferências Correntes - STAR (Sistema de Tratamento de Águas Residuais) (9/18); Fatura nº 31/2016: 4.850,06€ - Transferências Correntes de Fevereiro de 2016; Fatura nº 32/2016: 319,31€ - Transferências de Capital de Fevereiro de 2016; Fatura nº 41/2016: 210,13€ - Transferências Correntes relativas ao funcionamento do CIAMTSM de Fevereiro de 2016; Fatura nº 42/2016: 33,23€ - Transferências de Capital relativas ao funcionamento do CIAMTSM de Fevereiro de 2016; Fatura nº 51/2016: 5.257,95€ - Transferências Correntes - STAR (Sistema de Tratamento de Águas Residuais) (10/18); Os encargos resultantes da presente proposta de deliberação estão suportados em termos orçamentais, possuindo compromissos de fundo disponíveis os nºs 2038 e 2039 de 2016, conforme determina a Lei nº8/2012 de 21 de Fevereiro.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PATRIMÓNIO** =====

===== **CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES À FREGUESIA DE OSSELA – REVOGAÇÃO DE DELIBERAÇÕES (I/25686/2016)**: Pelo Vereador Dr. Isidro Figueiredo, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As deliberações dos órgãos executivo e deliberativo de 20 e 27 de fevereiro de 2014, respetivamente (I/8177/2014), respeitante à aprovação da minuta de protocolo de cedência de instalações do edifício sito no lugar de Santo António, daquela Freguesia (onde funcionou a EB1); - Que por acordo entre as partes, já não se mantêm os pressupostos que fundamentaram as referidas deliberações, proponho: - A revogação da deliberação do órgão executivo de 20 de fevereiro de 2014; - Se submeta a presente proposta à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES À FREGUESIA DE CARREGOSA – REVOGAÇÃO DE DELIBERAÇÕES (I/25721/2016)**: Pelo Vereador Dr. Isidro Figueiredo, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As deliberações dos órgãos executivo e deliberativo de 4 e 19 de dezembro de 2014, respetivamente (I/91646/2014), respeitante à aprovação da minuta de protocolo de cedência de instalações do edifício sito no lugar de Teamonde, daquela Freguesia (onde funcionou a EB1); - Que por acordo entre as partes, já não se mantêm os pressupostos que fundamentaram as referidas deliberações, proponho: - A

revogação da deliberação do órgão executivo de 4 de dezembro de 2014; - Se submeta a presente proposta à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PROCOLO DE CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES A CELEBRAR COM A ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DA CRUZ VERMELHA PORTUGUESA DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS (I/25640/2016):** Retirado para melhor análise. =====

===== **EMPREITADAS** =====

===== **EMPREITADA DE “CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DO VIDRO – 2.ª FASE” – AUTO N.º 11 TC (I/26358/2016):** Relativo à empreitada em epígrafe, adjudicada à firma “CIP – construções, S.A.”, foi presente para aprovação o auto de trabalhos contratuais n.º 11 no valor de € 40.035,17 (quarenta mil e trinta e cinco euros e dezassete cêntimos), ao qual acresce o IVA. Considerando que o adiantamento anteriormente concedido ao empreiteiro deve ser gradualmente reembolsado, mediante dedução nos respetivos pagamentos contratuais, e tendo em conta o valor de € 40.035,17 (quarenta mil e trinta e cinco euros e dezassete cêntimos) a deduzir, resulta o saldo de € 0,00 (zero euros) a pagar ao empreiteiro. Após análise do mesmo e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprová-lo. =====

===== **OBRAS PARTICULARES** =====

===== **PI/2117/2016 (I/25819/2016) - LUCÍLIA DA SILVA PINHO, CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA,** residente na Rua 30 de Agosto, n.º 402, freguesia de Fajões, deste concelho, requer nos termos do art.º 54.º da Lei n.º 91/95 de 02 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 64/2003 de 23 de Agosto, lhe seja emitida certidão para efeitos de constituição de propriedade do prédio rústico, sito no lugar da Cruz, freguesia de Fajões, deste concelho, com a área total de 3980m², a confrontar de norte com Maria Amélia Leite da Silva, de sul com Fernando Gomes Oliveira Reis, de nascente com Estrada e de poente com Limite da Freguesia, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 2709 e descrita na competente Conservatória do Registo Predial sob o número 862/19990128. Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade deferir o pedido. =====

===== **PI/1473/2015 – ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DA ESCRAVILHEIRA – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (I/23550/2016):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “À Reunião de Câmara para ratificação do meu despacho de 06.04.2016, do qual se transcreve: “Defere-se o solicitado pedido de isenção de taxas, por se tratar de associação sem fins lucrativos, e face ao histórico das decisões municipais relativamente a pedidos idênticos, e aos documentos já juntos. Isto face à

urgência solicitada." Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **CONTRATAÇÃO PÚBLICA** =====

===== **FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES E DE FRUTA PARA ALUNOS DO 1.º CICLO E JARDINS-DE-INFÂNCIA DO CONCELHO PARA O ANO LETIVO DE 2016/2017 E DE 2017/2018 – COMPROMISSO PLURIANUAL E REPARTIÇÃO DE ENCARGOS EM MAIS DO QUE UM ANO ECONÓMICO (I/25788/2016):** Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo por base o Despacho em anexo, propõe-se que o Órgão Executivo submeta à autorização do Órgão Deliberativo: I. o compromisso plurianual, de acordo com os valores indicados no mesmo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, conjugada com a alínea b), do artigo 3.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e posteriores alterações; II. a repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico, de acordo com os valores estimados nele constantes, nos termos do previsto no n.º 1, conjugado com o seu n.º 6, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS A GRANEL – GASÓLEO RODOVIÁRIO E GASOLINA SEM CHUMBO 95 (36 MESES) – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS I/26209/2016:** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: 1.º A PAQ N.º 159/16, com referência I/12893/2016, com despacho por mim proferido em 06 de abril de 2016, que refere a necessidade de abertura de um procedimento para “Aquisição de Combustíveis a Granel – Gasóleo Rodoviário e Gasolina sem chumbo 95”; 2.º Que o valor total estimado deste fornecimento é de € 653.658,53 (seiscentos e cinquenta e três mil, seiscentos e cinquenta e oito euros e cinquenta e três cêntimos), para um período de vigência (estimado) de 36 (trinta e seis) meses, sendo a verba distribuída do seguinte modo: para o ano de 2016 prevê-se uma verba de € 89.214,00 (oitenta e nove mil, duzentos e catorze euros), para o ano de 2017 prevê-se uma verba de € 218.494,56 (duzentos e dezoito mil, quatrocentos e noventa e quatro euros e cinquenta e seis cêntimos), para o ano de 2018 prevê-se uma verba de € 218.494,56 (duzentos e dezoito mil, quatrocentos e noventa e quatro euros e cinquenta e seis cêntimos) e, para o ano de 2019, prevê-se uma verba de € 127.455,41 (cento e vinte e sete mil, quatrocentos e cinquenta e cinco euros e quarenta e um cêntimos). A todos estes valores acresce o IVA à taxa legal em vigor. 3.º Que se trata de um encargo orçamental em mais de um ano económico, que não resulta, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, de planos ou programas plurianuais aprovados, que não ultrapassa o prazo de execução de três anos, mas cujo valor excede o limite previsto na alínea b), do n.º 1.º, do artigo 22.º, do referido diploma legal, de € 99.759,58 (noventa e nove

mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), no ano seguinte ao da sua contratação; 4.º Que nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do C.C.P.) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites ao valor do contrato constantes na alínea b), do número 1, do artigo 20.º do C.C.P., propõe-se a adoção de um concurso público. Deste modo, propõe-se ao Órgão Executivo: a) nos termos da alínea c), do n.º 1 do art.º 6.º, conjugado com a alínea b) do art.º 3.º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, submeta à autorização prévia do Órgão Deliberativo, o referido compromisso plurianual, de acordo com os valores (estimados) acima indicados, podendo ocorrer variações de acréscimo e/ou de redução nos valores a pagar em cada ano económico em função do início da vigência do procedimento, das necessidades do serviço requisitante e das condições de pagamento propostas, o que implicará os ajustamentos respetivos nos compromissos de fundo disponível em cada momento, sem que ultrapasse o limite total máximo previsto do encargo plurianual; b) submeta à autorização do Órgão Deliberativo a repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico, de acordo com os valores estimados referenciados, nos termos do previsto no n.º 1, conjugado com o seu n.º 6, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NO MERCADO LIBERALIZADO – APROVAÇÃO DE PEÇAS, COMPROMISSOS PLURIANUAIS E REPARTIÇÃO DE ENCARGOS (I/26325/2016):** Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: 1.º Que se torna necessário proceder à contratação de serviços para “Fornecimento de Energia Elétrica (iluminação pública e instalações municipais)”, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, nos termos da solicitação apresentada através da RQI n.º 406/16 (I/12747/2016), uma vez que o anterior procedimento ficou deserto por todas as propostas terem sido excluídas; 2.º Que resultam para o Município novas atribuições/competências resultantes do Contrato interadministrativo de delegação de competências do Ministério da Educação Ciência (MEC) no Município, na área da educação e formação, relativamente aos Agrupamentos Escolares que integram a rede escolar pública, sendo possível aferir, só agora, os valores estimativos relativamente às instalações a incluir no âmbito da nova contratação de fornecimento de energia elétrica; 3.º Que o valor estimado (Preço Base apresentado pela unidade orgânica requisitante) para celebração do referido contrato é de EUR 5.795.231,72 (cinco milhões, setecentos e noventa e cinco mil, duzentos e trinta e um euros e setenta e dois cêntimos), para um período de vigência de 36 (trinta e seis) meses, sendo a verba distribuída do seguinte modo: para o ano de 2016 prevê-se uma verba de EUR 482.935,98 (quatrocentos e oitenta e dois mil, novecentos e trinta e cinco euros e noventa e oito cêntimos), para o ano de 2017 prevê-se uma verba de EUR 1.931.743,91 (um milhão, novecentos e trinta e um mil, setecentos e quarenta e três euros e

noventa cêntimos), para o ano de 2018 prevê-se uma verba de EUR 1.931.743,91 (um milhão, novecentos e trinta e um mil, setecentos e quarenta e três euros e noventa cêntimos) e, para o ano de 2019, prevê-se uma verba de EUR 1.448.807,92 (um milhão, quatrocentos e quarenta e oito mil, oitocentos e sete euros e noventa e dois cêntimos). A todos estes valores acresce o IVA à taxa legal em vigor; 4.º O valor referente ao ano 2016 encontra-se cabimentado nas rubricas 02022510 e 0202010, pela Proposta de Cabimento n.º 618/16, possuindo os Registos de Enquadramento Financeiro n.º 967 e 970/16; 5.º Que se trata de um encargo orçamental em mais de um ano económico, que não resulta, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, de planos ou programas plurianuais aprovados, que não ultrapassa o prazo de execução de três anos, mas cujo valor excede o limite previsto na alínea b), do n.º 1, do artigo 22.º, do referido diploma legal, de EUR 99.759,58 (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), no ano seguinte ao da sua contração. 6.º Que, nos termos da alínea a), n.º 8, do artigo 75.º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (LOE 2015) ainda em vigor por força do disposto no artigo 12.º-H, da Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 52/2011, de 13 de outubro, o serviço em questão não carece de parecer prévio vinculativo nem de aplicação da redução remuneratória, dado estarmos perante a aquisição de serviços essenciais (“serviços de fornecimento de energia elétrica”), nos termos da alínea b), do n.º 2, do artigo 1.º, da Lei n.º 23/96, de 26 de julho com a redação dada pela Lei n.º 12/2008, de 26 de fevereiro e demais alterações); 7.º Que, nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do C.C.P.) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites ao valor do contrato constantes na alínea b), do número 1, do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (C.C.P.), propõe-se a adoção de um concurso público com publicidade internacional. Deste modo, propõe-se ao Órgão Executivo: 1) Que aprove a RQI n.º 406/2016 com a vigência de 36 meses e valores estimados; 2) Que, em cumprimento do estipulado no n.º 1, do artigo 67.º, do C.C.P., sejam nomeados os elementos constitutivos do júri, sendo proposto, para o efeito, as seguintes pessoas: Presidente – Diretor de Departamento Municipal de Obras, Manutenção, Transportes e Energia, Eng.º António Pedro Ribeiro Valente Castanheira; 1.º Vogal – Técnico Superior, Eng.º Abílio Manuel Ribeiro da Silva Estrela; 2.ª Vogal – Técnica Superior, Dr.ª Elsa Susana da Costa Félix; 1.º Suplente – Técnico Superior, Eng.º Luís Filipe Simões Arede; 2.º Suplente – Assistente Operacional, Agostinho Soares Sousa Lagoeiro; 3.ª Suplente – Técnica Superior, Dr.ª Susana Cristina da Rocha Cruz; 3) Que seja delegada a competência para a realização de todas as formalidades procedimentais, no júri do concurso, em respeito pelo estipulado no artigo 109.º, do C.C.P., com exceção, de acordo com o previsto no número 2, do artigo 69.º, do C.C.P., da competência para adjudicação; 4) Que autorize o envio de anúncio para publicação no Diário da República e Jornal Oficial da União Europeia (JOUE); 5) Que aprove as respetivas peças procedimentais: Programa do Concurso e Caderno de Encargos; 6) Que determine que se proceda à dispensa da realização do leilão eletrónico; Propõe-se ainda

que Órgão Executivo submeta à autorização do Órgão Deliberativo: I. o referido compromisso plurianual, de acordo com os valores acima indicados, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, conjugada com a alínea b), do artigo 3.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e posteriores alterações; II. a repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico, de acordo com os valores estimados referenciados, nos termos do previsto no n.º 1, conjugado com o seu n.º 6, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PROPOSTAS DE ADITAMENTO ÀS TOPONÍMIAS DO PINHEIRO DA BEMPOSTA, PINDELO, UL E OLIVEIRA DE AZEMÉIS (26512/2016):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Na sequência de propostas da Câmara Municipal para alteração e atribuição de novos topónimos e após parecer favorável da Comissão de Toponímia reunida a 29 de Março último, junto seguem as propostas às toponímias do Pinheiro da Bemposta, Pindelo, Ul e Oliveira de Azeméis, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. Mais foi deliberado retirar o título dos topónimos. =====

=== **REUNIÃO PÚBLICA MENSAL – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** ===

===== Aberto o período de intervenção ao público, o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao munícipe Senhor Leonel Valente Coelho, residente na Rua Clube Desportivo de Cucujães, freguesia de Cucujães, que fez a seguinte intervenção: Os problemas que eu venho cá colocar já foram colocados por escrito em 10/02/2016. Dois lotes de terrenos na Rua do Couto, na carta que eu escrevi estão identificados os proprietários, são uma autêntica selva, com bicharada. Situam-se junto aos bancos, junto ao pavilhão, junto aos correios e é muito vergonhoso e, além disso, estão lá vivendas, é uma zona urbana. Depois tem lá uns arvoredos que têm mais de vinte metros de altura. Alerto mais uma vez para este problema e fico a aguardar a resolução. O terreno que ficou para equipamento de urbanização do Seminário das Missões, na altura foi feita uma permuta por cinco anos à Comissão Fabriqueira para fazer o centro paroquial, mas já se passaram vinte e tal anos e nada se fez. Acho que era bom que o terreno voltasse novamente para a Câmara e que se fizesse lá um centro para Cucujães, uma coisa simples. O outro problema é um problema na Rua Maestro António Godinho, tem um muro com uma inclinação muito grande, que ameaça ruir a qualquer momento. Eu já chamei a atenção da Junta em relação a estes problemas e agora à Câmara, nomeadamente para obrigar os proprietários a fazer a limpeza dos terrenos e a arranjar o muro. Já aqui foi falado pelo Vereador Eng.º Joaquim Jorge sobre a Rua do Mosteiro, a primeira fase da Rua do Mosteiro já

foi executada há vinte anos, da Ponte dos Cavaleiros até ao Mira e depois ficou uma parte por executar, é uma vergonha. Senhor Presidente, foram gastas largas centenas de euros no equipamento em frente ao Centro de Saúde, é muito vergonhoso e acho que é da responsabilidade da Câmara. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao munícipe Senhor Tavares Ribeiro que disse: Em relação às placas dos rios, eu tenho a certeza que todos os historiadores de Oliveira de Azeméis sabem, não há um que não saiba, exatamente o nome desses rios e corretamente e todos têm informação escrita e documental sobre isso. É muito simples, temos documentos se for necessário reunir os historiadores todos, a solução é simples. O Senhor Presidente esclareceu: Essa denominação que é colocada publicamente é uma denominação que não é feita pela Câmara Municipal, é pelas Estradas de Portugal ou outras entidades. Nós já reclamamos sobre isso, mas depois ninguém muda. Se pintarmos a placa, aparece logo uma multa para o município. A Câmara registou. =====

*===== **Aprovação por minuta:** Finalmente, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do nº3 e para efeitos do disposto no nº4 do artigo 57º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. =====*

===== A presente ata foi distribuída por todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respetiva leitura conforme determina o nº4 do D.L. 45.362 de 21 de Novembro de 1963. =====

*===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram 11h 45m, da qual para constar se lavrou a presente ata que eu,
, na qualidade de secretária a redigi. =====*